

As retomadas tupinambá: povos indígenas e luta pela terra no Brasil

por **Daniela Fernandes Alarcon** | Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro |
Ministério dos Povos Indígenas, Brasil | alarcon.df@gmail.com

O Pavilhão do Brasil na 60ª Bienal de Veneza, em 2024, será ocupado pela exposição “Ka’a Pûera: nós somos pássaros que andam”, de Glicéria Tupinambá (Glicéria Jesus da Silva), artista, pesquisadora e liderança da aldeia indígena Serra do Padeiro, no sul da Bahia. A escolha de Glicéria como artista principal da representação brasileira em um dos espaços mais visíveis da arte contemporânea no plano internacional dá mostra do grau de reconhecimento que alcançou no panorama cultural. Nos últimos anos, ela vem pesquisando os mantos de penas de guará e outras aves produzidos pelos Tupinambá e levados para a Europa nos séculos 16 e 17. Todas as 11 peças remanescentes de que se tem notícia são mantidas fora do Brasil (Buono 2007). Além de impulsionar —e complexificar— o debate sobre o repatriamento de artefatos tupinambá, Glicéria tem produzido mantos contemporâneos (Alarcon, Silva 2022)¹. Em suas reflexões, o fortalecimento da cultura de seu povo figura como indissociável da recuperação territorial em curso na aldeia. Quando as obras de Glicéria estiverem expostas na Itália, o mais recente capítulo da longa luta pela terra protagonizada pelos Tupinambá terá completado duas décadas.

Desde 2004, a aldeia Serra do Padeiro, situada na Terra Indígena Tupinambá de Olivença, está profundamente engajada na realização de ações diretas conhecidas como *retomadas de terras*. De modo sucinto, as retomadas podem ser definidas como ações por meio das quais coletividades indígenas recuperam áreas por elas

tradicionalmente ocupadas que se encontravam em posse de não indígenas. Apenas na Serra do Padeiro foram realizadas até hoje 95 ações de retomada, com a ocupação de fazendas, sobretudo de cacau. Trata-se de reverter um dramático processo de esbulho —intensificado a partir de fins do século 19, com o avanço da cacauicultura e do turismo no sul da Bahia—, que desencadeou uma aguda diáspora, como veremos adiante.

Referida pelos Tupinambá como *retorno da terra*, a recuperação territorial é um fenômeno de grande significação, que investigo desde 2010. Situados no campo da antropologia social, em conexão com a história e outras disciplinas, meus trabalhos se assentam em pesquisa etnográfica e documental, desenvolvida em estreita colaboração com os Tupinambá da Serra do Padeiro, em uma perspectiva de antropologia engajada (Alarcon 2019, 2022)². Neste artigo, apresentarei um breve panorama da recuperação territorial, argumentando que o estudo aprofundado de formas de ação coletiva levadas a cabo por povos indígenas compõe uma agenda de investigação de alta relevância política e amplo rendimento acadêmico.

No Nordeste brasileiro, a generalização da retomada como forma de ação política desde o final da década de 1970 (Bicalho 2010; Oliveira 2013) a converteria quase em epítome da mobilização indígena. Eventos-chave da construção do movimento indígena na região

¹ Recentemente, o Museu Nacional da Dinamarca anunciou que um dos mantos que integram seu acervo será repatriado, transferido à guarda do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (MN/UFRJ), onde Glicéria desenvolve sua pesquisa de mestrado em antropologia social, focalizando justamente esse processo.

² Para um texto de síntese em inglês, ver Alarcon (2018).

aparecem entrelaçados a essas ações. Para citar um exemplo, o local escolhido para a 13ª Assembleia Indígena, a primeira no Nordeste, realizada em 1979, foi o território xokó, no estado de Sergipe, então em pleno processo de recuperação (Oliveira 2013). Documentos analisados por Bicalho (2010) indicam que a ditadura militar tentou impedir essa assembleia e evidenciam como as retomadas figuravam no universo de preocupações da repressão levada a cabo pelo regime autoritário. Ampliando o olhar para a realização de retomadas nas demais regiões brasileiras, é possível traçar um horizonte temporal de quase cinco décadas (Alarcon 2022). A invisibilização da atuação política dos povos indígenas pela historiografia hegemônica e mesmo por parte da antropologia (Monteiro 2012; Pacheco de Oliveira 2016) deixou à sombra um complexo repertório de formas de ação coletiva, que conecta esses sujeitos inclusive a episódios centrais nas dinâmicas socio-históricas do país. Como recorda Fernandes (2003), na origem do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no Sul do Brasil, se encontra a realização de retomadas pelos Kaingang em meados da década de 1970.

Nesse quadro, apesar de as retomadas serem difundidas e conhecidas, até pouco tempo atrás quem quisesse saber delas tinha de se contentar com passagens —muitas vezes instigantes e reveladoras, mas geralmente breves— em textos dedicados a outros objetos. Apenas recentemente começa a se constituir um campo de estudos em torno de tais ações (Benites 2014; Souza 2019; Amado 2020; Maréchal 2021). No que diz respeito aos Tupinambá da Serra do Padeiro, minha dissertação de mestrado, de 2013, representou um primeiro esforço de consideração sistemática da recuperação territorial com foco nas retomadas³. Reconhecendo a centralidade dessas ações para a organização social do grupo, considereei imprescindível examiná-las de perto, focalizando antecedentes, características recorrentes e repercussões.

A Terra Indígena Tupinambá de Olivença se estende por porções dos municípios de Buerarema, Ilhéus, São José da Vitória e Una, abarcando um dos poucos remanescentes de Mata Atlântica no estado da Bahia. Composta por uma área de cerca de 47 mil hectares, ela compreende mais de 20 localidades, entre as quais a aldeia Serra do Padeiro, localizada na região montanhosa que marca seu limite oeste. As estatísticas oficiais mais recentes a que tive acesso, referentes a 2019, quantificam a população tupinambá da terra indígena em 5.038 pessoas, ao passo que um censo que realizei na Serra do Padeiro em 2016 contabilizou 483 indígenas (Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria Especial de Saúde Indígena 2019; Alarcon 2022). Essa população é unida historicamente por vínculos de parentesco e pela partilha de identidades e modos de vida comuns, conformados no marco de um longo processo de territorialização (Pacheco de Oliveira 2018).

O estabelecimento do aldeamento jesuítico de Nossa Senhora da Escada, em 1680, no que hoje corresponde à sede do distrito de Olivença, em Ilhéus, pode ser considerado o marco inicial da territorialização. Ao longo do tempo, os indígenas tiveram as áreas em sua posse drasticamente reduzidas, conforme grandes porções do território eram fixadas em fazendas. Esse processo se intensificaria no último quartel do século 19, com o avanço da fronteira capitalista no sul da Bahia, estendendo-se por todo o século 20. Está fartamente documentado o emprego de diversos mecanismos de esbulho, com recurso à violência direta (ameaças, assassinatos, alteração de limites de áreas ou tomas de terras com uso da força) ou indireta (manipulação cartorial, fraudes administrativas em procedimentos obrigatórios de medição de terras, apropriação de áreas para quitação de dívidas constituídas de forma abusiva). É importante destacar, ainda, que agentes do Estado atuaram diretamente para facilitar a apropriação de terras por não indígenas.

³ Posteriormente publicada em livro (Alarcon 2019).

Antes do início da recuperação territorial, boa parte dos indígenas vivia em fazendas, mantendo com os pretensos proprietários das áreas relações de trabalho mais ou menos formalizadas, como assalariados ou mesmo em condições análogas à escravidão. Numerosos indígenas, por sua vez, se deslocaram para sedes de municípios da região e de diferentes estados do país. No censo realizado em 2016, reuni dados quantitativos e qualitativos sobre as trajetórias de indígenas que haviam saído e, no contexto das ações de retomada, regressado à Serra do Padeiro. Associados às redes de relações e estratégias desenvolvidas para navegar a diáspora, os destinos mais longínquos alcançavam o sul e centro-sul do país e mesmo a região amazônica. Por sua vez, as condições de moradia e situações laborais davam mostras das precariedades e sofrimentos experimentados. Apesar da acentuada tendência de saída da aldeia, alguns indígenas permaneceram no território, em sítios diminutos cuja posse conseguiram manter a despeito do esbulho⁴.

Na conservação dos sítios, junto à inegável perda, há, contudo, um êxito. A capacidade de resistir às pressões de não indígenas, em um contexto tão desproporcional, teria desdobramentos importantes. Ainda que fossem geralmente insuficientes para garantir a subsistência das famílias extensas, fazendo com que muitos tivessem que procurar sustento em outra parte, os sítios e os parentes que ali permaneciam serviam de referência para o grupo. Eram esses indivíduos que garantiam a manutenção do vínculo entre os parentes que haviam partido e o território, permitindo que se pensasse na futura recuperação das áreas em posse de não indígenas. Por isso, os indígenas que ficaram são frequentemente referidos como *mourões*, as estacas grossas que, fincadas na terra, sustentam a cerca. Por meio de visitas, telefonemas, circulação de fotografias e outros bens, destacando-se a dimensão do cuidado e o trabalho das mulheres, os Tupinambá da Serra do Padeiro puseram em marcha

dispositivos cotidianos para a manutenção de vínculos territoriais e de parentesco, garantindo a persistência da coletividade étnica através do tempo.

Iniciada em 2004, a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença ainda não foi concluída. Desde o início, ela tem enfrentado forte resistência das elites regionais e de setores econômicos com interesses na exploração do território. Em 2016, o procedimento administrativo de demarcação, de competência do Poder Executivo, chegou a ficar paralisado por quase seis meses, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em resposta a ação judicial proposta por uma associação criada para obstar a demarcação (Alarcon 2017). No Brasil, o processo de reconhecimento oficial de territórios tradicionalmente ocupados por povos indígenas, determinado pela Constituição Federal de 1988, é regulamentado pelo Decreto nº 1.775/1996, que estabelece prazos para cada uma de suas fases, desde os estudos iniciais até a publicação de decreto presidencial, uma das etapas finais. A sistemática violação de tais prazos na demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença levaria o Ministério Público Federal (MPF) a propor uma série de ações judiciais responsabilizando o Estado brasileiro.

Durante o governo de extrema-direita de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), o processo retrocedeu e foi paralisado (Alarcon 2023), em consonância com as diretrizes declaradamente anti-indígenas daquela gestão. Já com a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva —que trouxe consigo alterações significativas na política indigenista oficial, com destaque para a criação do Ministério dos Povos Indígenas (MPI)—, o andamento da demarcação foi retomado. A última movimentação do procedimento demarcatório até a conclusão deste texto ocorreu em 29 de setembro de 2023, quando o processo aportou no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), aguardando-se agora a emissão de portaria declaratória e o subsequente envio

⁴ Em minha pesquisa, georreferenciei em torno de 40 sítios, levantando informações detalhadas a seu respeito, consolidadas em Alarcon (2022).

à Presidência da República para homologação (Brasil, Ministério dos Povos Indígenas, Presidência 2023).

Embora se conectem ao processo demarcatório, as retomadas o extrapolam e devem ser entendidas como as bases de um projeto coletivo em que a terra figura não como bem transacionável, mas como condição precípua para se *viver bem*. Nas últimas décadas, expressões específicas do que seria viver bem, firmadas nos contextos em que foram e seguem sendo engendradas, passaram a se comunicar, atravessando delimitações étnicas e fronteiras de Estados-nação para compor um idioma compartilhado por povos indígenas e outras coletividades mobilizadas em defesa de seus territórios e modos de vida. Assim, o projeto coletivo desenvolvido pelos Tupinambá da Serra do Padeiro se inscreve em um horizonte mais amplo —e em construção— de prática e reflexão política, em diálogo com noções como *sumaj qamaña*, do aimará, ou *sumak kawsay*, do quéchua (Schavelzon 2015).

A terra, para os Tupinambá da Serra do Padeiro, remete aos *troncos velhos*, ou seja, aos antepassados que figuram na origem das famílias extensas que compõem a aldeia. São terras com história. Nesse sentido, mais que a recuperação de áreas, deflagrou-se um amplo processo de retomada da memória, uma vez que as ações de retomada fazem a terra falar, isto é, colocam em circulação narrativas relacionadas àquelas porções específicas do território e aos antepassados que ali viveram, projetando essas palavras para o futuro. Trata-se de um movimento que desestabiliza os enquadramentos da memória oficial. A consideração detida de processos de mobilização dessa natureza permite ainda lançar luz sobre projetos coletivos que, por se chocarem com projetos hegemônicos, foram historicamente bloqueados e vêm sendo atualizados contemporaneamente, em contextos de recuperação territorial.

Apesar da morosidade na regularização fundiária, que mantém uma situação de precariedade da posse indígena, as transformações socioeconômicas e políticas advindas da

recuperação territorial e da reversão da diáspora são tão profundas —com repercussões de longo alcance inclusive nos planos da memória, da história e da cosmologia— que, por vezes, parece até difícil mensurá-las. Havendo reconquistado cerca de cinco mil hectares de terras, com a realização de 95 ações de retomada, os Tupinambá da Serra do Padeiro estão em posse de cerca de 70% da extensão da aldeia, que se estende por aproximadamente 8,5 mil hectares, incluindo áreas habitadas, roças e matas. Antes das primeiras retomadas, eles detinham apenas cerca de 10% da área, restritos aos sítios que estavam em sua posse.

Desde as primeiras retomadas, a aldeia é cenário de um vigoroso retorno dos indígenas na diáspora, fenômeno que se ramifica por todas as famílias extensas e é definidor da organização sociopolítica contemporânea da aldeia. A disponibilidade de terras não apenas tem permitido o retorno de um número significativo de parentes como garante condições para que o crescimento das famílias, por meio de casamentos e nascimentos, não implique novas saídas devido à falta de meios de subsistência. A capacidade de mobilizar parentes na diáspora para que regressem e se envolvam na luta é fundamental para o sucesso da principal estratégia política da Serra do Padeiro. Em contínua retroalimentação, retornos geram retomadas e retomadas geram retornos.

No censo de 2016, verifiquei que 321 indígenas viviam em áreas retomadas e 162 em sítios. Como se vê, aproximadamente dois terços da população indígena da Serra do Padeiro viviam em fazendas recuperadas. Por sua vez, entre os que moravam em sítios, numerosos desenvolviam suas atividades econômicas em retomadas, notadamente agricultura e criação de animais em pequena escala, caça, pesca, e coleta de produtos vegetais e animais. Dados como esses evidenciam a relevância da recuperação territorial para a existência contemporânea do grupo. Além disso, as retomadas têm permitido a regeneração de áreas degradadas, verificando-se recuperação de nascentes, aumento do nível de rios, reconversão de áreas desmatadas em florestas secundárias e mesmo o reaparecimento

de espécies animais que haviam se tornado escassas. Na perspectiva partilhada na aldeia, a intrusão de não indígenas acarretou o *adoecimento da terra*, ao passo que a ação tupinambá deu início a um processo de *cura*.

Para compreender o alcance dessa afirmação, é preciso atentar para a cosmologia dos Tupinambá da Serra do Padeiro. Na perspectiva partilhada na aldeia, as áreas retomadas têm donos: pertencem aos *encantados*, entidades não humanas com domínios territoriais específicos e que, portanto, também foram impactadas pelo esbulho. Conforme a terra adoecia, eles também se enfraqueciam, apesar de nunca haverem perdido seus poderes de todo. Capazes de se comunicar com os indígenas —por meio de sinais, premonições, sonhos, incorporações físicas e outros dispositivos, em alguns casos com mediação do pajé, isto é, do principal especialista religioso da aldeia—, os encantados são sujeitos centrais no processo de recuperação territorial. Na Serra do Padeiro, são recorrentes as narrativas sobre seu papel na manutenção dos vínculos na diáspora e na precipitação de retornos de parentes, demandando o engajamento dos indígenas na recuperação territorial. Na mesma direção, entende-se que atuam diretamente nas retomadas, determinando o momento de realização das ações, oferecendo estratégias e protegendo os indígenas. Recuperar o território, nesse sentido, é uma obrigação em face dos encantados.

De outra parte, os avanços na luta pela terra converteram a Serra do Padeiro em alvo preferencial de setores anti-indígenas, observando-se episódios recorrentes de brutalidade policial, mobilização de paramilitares e criminalização de lideranças, entre outros fenômenos amplamente documentados (Alarcon 2019, 2022; APIB, IPRI–Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, Indigenous Peoples Rights International 2021). Durante o período Bolsonaro, intensificaram-se as violações de direitos dos Tupinambá —assim como dos demais povos indígenas, de quilombolas, camponeses e outros segmentos, por atuação direta ou omissão estatal. Entre outros ataques, já em janeiro de 2019, foi descoberto um plano de extermínio

visando lideranças da Serra do Padeiro, ao passo que, em outubro do mesmo ano, a imprensa revelou a existência de *lobby*, por parte de autoridade pública, com o intuito de sustar a demarcação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença para viabilizar a construção de um *resort* do grupo hoteleiro português Vila Galé (que terminou cancelado, após intensa mobilização).

Ao refletir sobre as práticas e representações postas em cena no processo de recuperação territorial, é meu propósito contribuir com chaves para interpretação de dinâmicas de mobilização engendradas por povos indígenas, considerando concepções políticas e categorias criadas na própria luta, e aportando para uma compreensão mais aprofundada das relações entre território e etnicidade. Por muito tempo, a atuação dos povos indígenas no Nordeste brasileiro recebeu pouca atenção (Pacheco de Oliveira 2004; Carvalho, Reesink 2018). O interesse do caso tupinambá, contudo, não se restringe aos estudos que focalizam a região ou ao campo da etnologia indígena. Conectando-se a outras lutas, como as dos trabalhadores sem-terra e quilombolas, os Tupinambá da Serra do Padeiro não circunscrevem sua perspectiva política aos limites da aldeia, pensando seu projeto, antes, como possibilidade concreta de subverter as relações de poder na região e no plano nacional, desenhando outros futuros possíveis. Futuros, que se desdobram em retornos, como o trabalho de Glicéria Tupinambá.

Referências

- Alarcon, Daniela Fernandes. 2017. "Doze anos de luta pela demarcação da TI Tupinambá de Olivença." In *Povos indígenas no Brasil: 2011-2016*. Ricardo, Beto e Ricardo, Fany (orgs.). São Paulo: Instituto Socioambiental. 713-717.
- Alarcon, Daniela Fernandes. 2018. "The return of relatives: Processes of mobilisation and village construction among the Tupinambá of Serra do Padeiro, southern Bahia, Brazil." *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology* 15 (2): 1-21.
- Alarcon, Daniela Fernandes. 2019. *O retorno da terra: As retomadas na aldeia Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. São Paulo: Editora Elefante.
- Alarcon, Daniela Fernandes. 2022. *O retorno dos parentes: Mobilização e recuperação territorial entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia*. Rio de Janeiro: E-papers/Laced.

- Alarcon, Daniela Fernandes. 2023. "Da CPI da Funai ao governo Bolsonaro: Os Tupinambá sob ataque." In *Povos indígenas no Brasil: 2017-2022*. Ricardo, Fany; Klein, Tatiane e Santos, Tiago Moreira dos (orgs.). São Paulo: Instituto Socioambiental. 705–707.
- Alarcon, Daniela Fernandes; Silva, Glicéria Jesus da. 2022. "Bringing the feathered mantle back: Cultural revitalization among the Tupinambá, Brazil." Paper apresentado na Segunda Conferência Internacional Dispossessions in the Americas. Filadélfia: University of Pennsylvania.
- Amado, Luiz Henrique Eloy. 2020. *Vukápanavo: O despertar do povo Terena para os seus direitos: Movimento indígena e confronto político*. Rio de Janeiro: E-papers/Laced
- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil; Indigenous Peoples Rights International. 2021. *Uma anatomia das práticas de silenciamento indígena: Relatório sobre criminalização e assédio de lideranças indígenas no Brasil*. Brasília, DF/Baguio City: APIB/ IPRI.
- Benites, Tonico. 2014. *Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): O movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha*. Tese de doutorado (Antropologia social). Rio de Janeiro: Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Bicalho, Poliene Soares dos Santos. 2010. *Protagonismo indígena no Brasil: Movimento, cidadania e direitos (1970-2009)*. Tese de doutorado (História social). Brasília, DF: Universidade de Brasília.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. 2019. Resposta a solicitação de informações – SIC nº 3406801. Brasília, DF: SESA/MS.
- Brasil. Ministério dos Povos Indígenas. Gabinete da Ministra. 2023. Ofício nº 2957/2023/MPI. A Sua Excelência o Senhor Flávio Dino. Processo nº 08620.001523/2008-43. Brasília, DF: MPI, 29 set.
- Buono, Amy J. 2007. *Feathered identities and plumed performances: Tupinambá interculture in early modern Brazil and Europe*. Ph.D. dissert. Santa Barbara: University of California.
- Carvalho, Maria Rosário de; Reesink, Edwin. 2018. "Uma etnologia do Nordeste brasileiro: Balanço parcial sobre territorialidades e identificações." *BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais* 87: 71–104.
- Fernandes, Ricardo Cid. 2003. "Notícia sobre os processos de retomada de terras indígenas Kaingang em Santa Catarina." *Campos – Revista de Antropologia* 4: 195–202.
- Maréchal, Clémentine. 2021. *Ēg ga ēg kófa tú (A nossa terra é a nossa história): Território, trabalho, xamanismo e história em retomadas kaingang*. Tese de doutorado (Antropologia social). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio de Grande do Sul.
- Monteiro, John M. 2012. "Rethinking amerindian resistance and persistence in Colonial Portuguese America." In *New approaches to resistance in Brazil and Mexico*. Gledhill, John Schell, Patience A. (orgs.). Durham, NC: Duke University Press. 25–43.
- Oliveira, Kelly Emanuely de. 2013. *Diga ao povo que avance! Movimento indígena no Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana.
- Pacheco de Oliveira, João. 2016. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: "Pacificação", regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa. //
- Pacheco de Oliveira, João. 2018. "Fighting for lands and reframing the culture." *Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology* 15 (2): 1–21.
- Pacheco de Oliveira, João (org.). 2004. *A viagem da volta: Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Pacheco de Oliveira, João (org.). 2011. *A presença indígena no Nordeste: Processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Schavelzon, Salvador. 2015. *Plurinacionalidad y vivir bien/buen vivir: Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador post-constituyentes*. Quito: Abya Yala/ Clacso.
- Souza, Jurema Machado de Andrade. 2019. *Os Pataxó Hähähäi e as narrativas de luta por terra e parentes, no sul da Bahia*. Tese de doutorado (Antropologia social). Brasília, DF: Universidade de Brasília.
- Ubinger, Helen Catalina. 2012. *Os Tupinambá da Serra do Padeiro: Religiosidade e territorialidade na luta pela terra indígena*. Dissertação de mestrado (Antropologia). Salvador: Universidade Federal da Bahia.